

Empresários tentarão entendimento nacional

Da Sucursal

São Paulo — A proposta de entendimento nacional para derrubar a inflação, antecipada pelo **CORREIO BRAZILIENSE** na última quarta-feira, foi formalizada ontem, junto ao Governo Federal por empresários paulistas reunidos no fórum informal de empresários durante reunião-almoço com o senador Marcondes Gadelha, líder do PFL no Senado e um dos líderes do Governo para o segundo turno da Constituinte.

De acordo com a proposta, o Governo deve assumir imediatamente uma política de controle do déficit público que seja capaz de derrubar a inflação dos atuais 19,5 por cento ao mês, para algo em torno de 15 por cento mensais, projetados para um prazo de seis a nove meses. Durante esse período o Governo conteria seus preços e tarifas públicas, os empresários não repassariam aumentos para seus produtos acima desse limite e os trabalhadores teriam reajustes mensais nesses níveis, sem levar em conta a URP.

"O Governo deve assumir isso já porque estamos num processo de inflação alta. Ele deve definir sua meta e lutar ferozmente para alcançá-la", afirmou o presidente da Fiesp, Mário Amato, ao resumir a proposta encaminhada ao Governo federal através de Marcondes Gadelha. Segundo Amato, o Governo deve ser o iniciador desse processo, dando mostras de que pretende combater o déficit público, principal causa da inflação. E uma das primeiras demonstrações de boa vontade, segundo admitiu, será a atuação mais firme de todo o Governo no segundo turno de votação da Constituinte para aprovar alguns dos 24 pontos defendidos pelos empresários nas emendas supressivas.

"Saio daqui otimista porque sei que os empresários entenderam qual é a posição do Governo federal", afirmou o senador Marcondes Gadelha, admitindo ter sido repreendido pelos em-

presários por ter votado a favor da anistia aos microempresários e pequenos agricultores rurais, que provocará um rombo maior nas finanças, podendo comprometer a política de contenção do déficit público adotada pelos ministros da Fazenda e do Planejamento. Gadelha disse ter explicado os motivos de sua decisão, afirmando que era necessário uma negociação a respeito, mas não convenceu os empresários.

Segundo o presidente da Fiesp, o sucesso do pacto à portuguesa só depende do Governo. "Ele precisa adotar uma política forte e que seja respeitada", afirmou.

O senador Marcondes Gadelha afirmou porém que há resistências internas e externas ao Governo contra a política de ajuste econômico adotada pelo ministro da Fazenda para redução do déficit, regularização das relações com a comunidade financeira internacional e contra implantação de uma política de privatização e modernização da indústria nacional. Ele citou os interesses de empresas estatais e autarquias para manter seus privilégios contra a privati-

zação, enquanto na área da iniciativa privada apontou as resistências quanto à política de liberação das importações de bens de capital e equipamentos.

Segundo se apurou, durante o encontro, o senador foi cobrado, como uma das lideranças do Governo no processo constituinte, sobre a omissão das autoridades em determinadas votações no primeiro turno que resultaram na aprovação de dispositivos considerados "absurdos" pelos empresários, como o tabelamento dos juros a 12 por cento ao ano e a licença paternidade de oito dias. O banqueiro Leo Wallace Cochrane, diretor da Febraban, reclamou sobre aprovação da anistia, enquanto os representantes da indústria no lobby da Constituinte exigiram melhor atuação governamental no segundo turno da votação especialmente nos cinco pontos fundamentais para a Fiesp: limitação do direito de greves; adequação dos prazos de prescrição de ações trabalhistas; tabelamento de juros; definição de empresa nacional e, principalmente, turno ininterrupto de seis horas.

Fiesp endurece com a CUT

São Paulo — Desconsiderando toda a conversação entre patrões e empregados em torno de um pacto social, a Fiesp enviou ontem carta aos representantes do departamento metalúrgico da CUT recusando a concessão de um reajuste salarial imediato de 20 por cento, pedido pelos 300 mil trabalhadores ligados à central sindical. "Não existe defasagem salarial como a que eles estavam pedindo. Nós apuramos uma defasagem de 2,7 por cento, até junho, e se considerada a inflação do mês, esse índice subiria para 4 por cento, o que é insuficiente para qualquer reajuste", justificou-se o diretor de relações sindicais da Fiesp, Roberto Della Manna. Outro argumento

utilizado pelos industriais é que o pedido foi feito depois de dois meses da data-base para negociação anual. "Se isso fosse atendido teríamos o reajuste bimensal e não mais trimestral. Assim não dá", afirmou Della Manna.

A Fiesp recusou também a concessão da assinatura de contrato coletivo de trabalho, uma reindicação básica da CUT para assinar qualquer entendimento nacional com os empresários e o Governo. Della Manna admitiu porém a realização de um seminário, depois da Constituinte, para discussão entre patrões e empregados sobre esse tipo de acordo coletivo, que muda radicalmente as atuais convenções coletivas de trabalho.